



## EDITAL

**EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP (LC 123/2026)**

# **PROCESSO LICITATÓRIO 119/2026**

## **EDITAL 69/2026**

### **PREGÃO ELETRÔNICO 55/2026**

O MUNICÍPIO DE ITAPEVA – MINAS GERAIS, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI Nº 11.488/2007, DECRETOS MUNICIPAIS 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11,12/2024, 65/2025 E **5/2026**, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

<b>ÓRGÃOS INTERESSADOS:</b>	
<b>DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:</b>	17H00 DO DIA 25/6/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
<b>DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:</b>	23H59 DO DIA 6/7/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
<b>DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:</b>	08H059 DO DIA 9/7/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
<b>DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:</b>	<b>09H00 DO DIA 9/JULHO/2026</b> <b>(HORÁRIO DE BRASÍLIA).</b>



<b>LOCAL:</b>	<a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a>
<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>ABERTO</b>

## 1. DO OBJETO.

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Registro de preços para prestação de serviços, com fornecimento de materiais, de forma parcelada, de dedetização, desratização e limpeza de caixa d'água em diversos prédios públicos do município e fumacê em vias públicas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em **ITENS/LOTES**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2. **O critério de julgamento adotado será o menor preço POR ITENS/LOTES**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.*



### 3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.



4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

**4.4. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a**



**Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame.**

4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;



4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.



5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (UM POR CENTO)**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a **20 (VINTE) segundos** e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.



7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



**7.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.26.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**7.27.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.28.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**7.28.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.28.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

**7.28.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.28.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**7.29.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



7.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. empresas brasileiras;

7.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (DUAS)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.15. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



8.16. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8.17. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.17.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.18. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.19. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.20. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;



**8.21.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (DUAS) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.21.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**8.21.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.21.3.** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **03 (TRÊS) dias** úteis contados da solicitação.

**8.21.3.1.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**8.21.3.2.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.21.3.3.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital e no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.



**8.21.3.4.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo(s) primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**8.21.3.5.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**8.21.3.6.** Após a divulgação do resultado da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (DEZ) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

**8.21.3.7.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**8.22.** A Administração poderá solicitar carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

**8.23.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.24.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.25.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.



**8.25.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.25.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.26.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.27.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO.**

**8.1.** COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

**8.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));

**8.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).



**8.1.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU  
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

**8.1.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**8.1.4.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**8.1.4.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.1.4.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**8.1.5.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.1.6.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**8.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica-financeira e à habilitação técnica.



**8.2.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**8.2.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**8.3.** Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**8.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (DUAS)** horas sob pena de inabilitação.

**8.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**9.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro



Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.8.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**9.8.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**9.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**9.9.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**9.9.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.9.3.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.9.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.9.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;



9.9.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.9.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### 9.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.10.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.10.3. **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



**9.10.3.1.** No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

**9.10.3.2.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

**9.10.3.3.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

**9.10.3.4.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**9.10.4.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**9.10.5.** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão



comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **10 % (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**9.10.6.** As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

**9.10.7.** As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, de relação de relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital.

**9.10.8.** A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

#### **9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

**9.11.1** Considerando a natureza do objeto, que envolve a prestação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, controle de vetores e pragas urbanas, bem como limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água e reservatórios destinados ao consumo humano, as licitantes deverão apresentar documentação que comprove aptidão técnica, operacional e regularidade sanitária para a execução dos serviços, mediante apresentação de, no mínimo:



*I – Comprovante de inscrição da empresa junto ao órgão de Vigilância Sanitária competente, mediante apresentação de Licença Sanitária ou documento equivalente vigente, autorizando o exercício das atividades relacionadas ao objeto licitado;*

*II – Alvará de Funcionamento vigente, expedido pelo órgão competente, contemplando atividade econômica compatível com os serviços de controle de pragas urbanas, desratização, descupinização e limpeza e higienização de reservatórios de água;*

*III – Comprovação de vínculo de Responsável Técnico devidamente habilitado, mediante apresentação de documento comprobatório de vínculo profissional com a empresa, acompanhado do respectivo registro profissional no conselho de fiscalização competente, quando exigido pela legislação aplicável;*

*IV – Comprovação de capacidade técnico-operacional mediante apresentação de, no mínimo, um Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta contratação, admitindo-se o somatório de atestados para comprovação da experiência exigida;*

*V – Declaração de que utilizará exclusivamente produtos saneantes desinfestantes, desinfetantes e demais insumos devidamente registrados, notificados ou autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais órgãos competentes, observando rigorosamente as normas sanitárias e ambientais vigentes;*



*VI – Declaração de disponibilidade de equipamentos, ferramentas, veículos e equipe técnica em quantitativo suficiente para atendimento das demandas do Município, inclusive para execução dos serviços em reservatórios elevados, torres metálicas e prédios públicos localizados na zona urbana e rural;*

*VII – Declaração de que possui condições de emitir certificados ou relatórios técnicos de execução após cada atendimento, contendo, no mínimo, identificação do local atendido, data de execução, produtos empregados, metodologia aplicada, orientações de segurança e prazo de garantia dos serviços realizados;*

*VIII – Declaração de que cumpre integralmente as normas de segurança e medicina do trabalho, responsabilizando-se pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e pela observância das Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente as relativas ao trabalho em altura, espaços confinados e manuseio de produtos químicos.*

As exigências de qualificação técnica estabelecidas possuem caráter estritamente necessário e proporcional à complexidade do objeto, destinando-se exclusivamente a assegurar que a futura contratada detenha capacidade técnica, operacional e sanitária para executar os serviços de forma eficiente, segura e em conformidade com a legislação vigente, em observância aos princípios da razoabilidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**9.13.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**9.14.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que



tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.15.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**9.16.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**9.17.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**9.18.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**9.19.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.**



**10.13.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**10.13.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**10.13.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.14.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.14.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.15.** Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**10.15.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.16.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.17.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



10.18.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11. DOS RECURSOS.

11.13.Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.14.O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

11.15.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.16.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.13.A sessão pública poderá ser reaberta:

12.13.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.13.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não



comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.14.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.14.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**12.14.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

**13.13.** Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

**14.13.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**15.13.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.



**15.14.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias **úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

**15.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

**15.15.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**15.3.3.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**15.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**15.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**15.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**15.5.** Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o



disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

**15.6.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**15.6.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**15.8.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.**

**16.13.** As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.**

**17.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**



18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## 19. DO PAGAMENTO.

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

20.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

20.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



20.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

### **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.1.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Multa**:
  - (1) Multa, de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% do valor do contrato;
  - (2) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:
    - a) inobservância do nível de qualidade dos serviços;



- b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.

iii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iv) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.1.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.1.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.1.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.1.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.1.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



21.1.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.1.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.1.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

21.1.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

21.1.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



**21.2.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**21.3.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

**21.4.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do MUNICÍPIO DE ITAPEVA – MINAS GERAIS, as sanções administrativas previstas neste item, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**21.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**21.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

**a) PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

**b) PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

**c) PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



**d) PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**e) PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

22.2 A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).**

22.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.5.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



22.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.8 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## 23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

23.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.10.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12 O MUNICÍPIO DE ITAPEVA-MG poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a



convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.12.1 A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

**24.12.2.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.13 É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.14 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço RUA ULISSES ESCOBAR – 30 – CENTRO – ITAPEVA – MINAS GERAIS , nos dias úteis, no horário das 09H 00 às 11H E DAS 14H ÀS 16H, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

23.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;**

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;**

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;**

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;**



**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;**

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;**

**ANEXO IX – MINUTA DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**

**ANEXO X – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ANEXO XI – MATRIZ DE RISCO**

ITAPEVA – MG – 25 de junho de 2026

**MAURA DOS SANTOS**  
**Secretária de Administração**



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO 119/2026

EDITAL 69/2026

PREGAO ELETRÔNICO 55/2026

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. ÁREA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Administração.

#### 2. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização, descupinização, controle de vetores e pragas urbanas, limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água e reservatórios destinados ao armazenamento de água para consumo humano, visando atender às necessidades dos diversos prédios públicos pertencentes ao Município de Itapeva/MG.

Os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração Municipal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

#### 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



A presente contratação encontra fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos princípios da eficiência, economicidade, continuidade dos serviços públicos, proteção à saúde coletiva e preservação do patrimônio público. A solução pretendida está devidamente prevista no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Administração Municipal, o qual demonstrou a necessidade da contratação, a adequação do Sistema de Registro de Preços e a viabilidade técnica, operacional e econômica da solução proposta.

#### **4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A contratação é necessária para garantir condições adequadas de higiene, salubridade, segurança sanitária e conservação dos prédios públicos municipais utilizados diariamente por servidores, estudantes, pacientes, usuários dos serviços públicos e pela população em geral.

Os serviços de controle de pragas urbanas possuem caráter preventivo e corretivo, sendo indispensáveis para evitar a proliferação de insetos, roedores, aracnídeos e demais vetores capazes de transmitir doenças, contaminar ambientes, comprometer a saúde pública e causar danos ao patrimônio municipal. Da mesma forma, a limpeza e higienização periódica dos reservatórios destinados ao armazenamento de água são medidas essenciais para assegurar a qualidade da água consumida nas unidades públicas, prevenindo contaminações microbiológicas, acúmulo de resíduos e riscos sanitários.

O levantamento realizado pela Administração identificou a necessidade de atendimento de aproximadamente 32 unidades públicas distribuídas na zona urbana e rural do Município, abrangendo cerca de 14.210 m<sup>2</sup> de áreas sujeitas ao controle de pragas e aproximadamente 86.000 litros de reservatórios de água. Considerando que a demanda ocorrerá de forma variável durante o exercício, em razão das necessidades específicas de cada unidade administrativa, a adoção do



Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada, permitindo maior flexibilidade administrativa, racionalização dos recursos públicos e contratação conforme a efetiva necessidade do Município.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A solução consiste na prestação dos seguintes serviços:

### **Grupo 01 – Limpeza de Reservatórios**

- Limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água de 250 litros, 500 litros, 1.000 litros, 1.500 litros e 2.000 litros;
- Limpeza, higienização e desinfecção de torres metálicas de 10.000 litros, 15.000 litros, 20.000 litros e 40.000 litros;
- Remoção de resíduos, sedimentos e incrustações;
- Escovação das superfícies internas;
- Desinfecção mediante utilização de produtos adequados;
- Restabelecimento das condições normais de utilização;
- Emissão de certificado de limpeza.

### **Grupo 02 – Controle de Pragas Urbanas**

- Dedetização;
- Desratização;
- Descupinização;
- Controle de insetos rasteiros e voadores;
- Controle de escorpiões, aranhas e demais vetores;
- Aplicação de fumacê quando solicitado pela Administração;
- Emissão de certificado de execução dos serviços.

•

## **6. QUANTITATIVOS ESTIMADOS**



Os quantitativos foram definidos com base no levantamento realizado junto às Secretarias Municipais, contemplando 32 unidades públicas e os seguintes parâmetros estimados:

- Aproximadamente 14.210 m<sup>2</sup> de áreas sujeitas ao controle de pragas;
- Aproximadamente 86.000 litros de capacidade instalada de reservatórios de água;
- Quantidades e especificações constantes do Mapa de Quantitativos integrante do processo administrativo.

Os quantitativos possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração.

LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA			DEDETINSETO	DEDETIZADORA	SIME		
Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário	Preço Unitário	Média	SUBTOTALS
1	Caixa d'água 250 l	5	R\$ 250,00	R\$ 80,00	R\$ 85,00	R\$ 138,00	R\$ 690,00
2	Caixa d'água 500 l	50	R\$ 300,00	R\$ 80,00	R\$ 85,00	R\$ 155,00	R\$ 7.750,00
3	Caixa d'água 1000 l	10	R\$ 380,00	R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00
4	Caixa d'água 1500 l	20	R\$ 450,00	R\$ 150,00	R\$ 170,00	R\$ 256,00	R\$ 5.120,00
5	Caixa d'água 2000 l	5	R\$ 550,00	R\$ 200,00	R\$ 220,00	R\$ 323,00	R\$ 1.615,00
6	Torre Metálica 10000 l	5	R\$ 1.250,00	R\$ 400,00	R\$ 420,00	R\$ 690,00	R\$ 3.450,00
7	Torre Metálica 15000 l	5	R\$ 1.480,00	R\$ 450,00	R\$ 470,00	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00
8	Torre Metálica 20000 l	5	R\$ 1.650,00	R\$ 700,00	R\$ 720,00	R\$ 1.023,00	R\$ 5.115,00
9	Torre Metálica 40000 l	2	R\$ 2.250,00	R\$ 900,00	R\$ 930,00	R\$ 1.360,00	R\$ 2.720,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 32.460,00</b>



	DETETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO		DEDETINSETO	DEDETIZADORA	SIME		
Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário	Preço Unitário	Média	
1	Prédio Público A < 300 m <sup>2</sup>	40	R\$ 450,00	R\$ 200,00	R\$ 250,00	R\$ 300,00	R\$ 12.000,00
2	Prédio Público 300 < A < 600 m <sup>2</sup>	20	R\$ 580,00	R\$ 250,00	R\$ 350,00	R\$ 393,00	R\$ 7.860,00
3	Prédio Público 600 < A < 1000 m <sup>2</sup>	5	R\$ 850,00	R\$ 400,00	R\$ 430,00	R\$ 560,00	R\$ 2.800,00
4	Prédio Público 1000 < A < 1500 m <sup>2</sup>	10	R\$ 1.280,00	R\$ 450,00	R\$ 465,00	R\$ 731,00	R\$ 7.310,00
5	Prédio Público 1500 < A < 2000 m <sup>2</sup>	5	R\$ 1.380,00	R\$ 480,00	R\$ 495,00	R\$ 785,00	R\$ 3.925,00
6	Prédio Público 2000 < A < 2500 m <sup>2</sup>	5	R\$ 1.480,00	R\$ 500,00	R\$ 520,00	R\$ 833,00	R\$ 4.165,00
7	Ruas Municipais - FUMAÇÊ - km	60	R\$ 280,00	R\$ 133,00	R\$ 138,00	R\$ 183,00	R\$ 10.980,00
8	Cemitério Municipal 2000 m <sup>2</sup>	1	R\$ 2.480,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.300,00	R\$ 3.593,00	R\$ 3.593,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 52.633,00</b>

R\$  
85.093,00

LEVANTAMENTO DE DETETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA			
Item	Descrição	Quantidade	Caixa d'água
1	Reservatório - Bairro dos Ferreiras		10.000 l/t
2	Centro Comunitário - Bairro dos Ferreiras	200 mts	500 l/t
3	Centro Comunitário - Bairro das Posses	200 mts	500 l/t
4	Centro Comunitário - Bairro Sertão Grande	200 mts	500 l/t



5	ESF - Luiz Alves da Silva - Bairro Sertão Grande	300 mts	10.000 l/t
6	Escola Municipal Edu Valentim Vilaça - Bairro Areias	600 mts	1.500 l/t
7	Reservatório - Bairro Areias		20.000 l/t
8	Ponto de Apoio ESF - Bairro Campo Redondo	200 mts	500 l/t
9	Escola Municipal Januario Barbosa - Bairro Tropical Flores	600 mts	5.000 l/t
10	Creche - Marcia Cunha - Bairro Tropical Flores	500 mts	1.500 l/t
11	Ponto de Apoio ESF - Bairro Tropical Flores	120 mts	500 l/t
12	Ponto de Apoio ESF - Bairro Pinhalzinho	120 mts	500 l/t
13	Escola Municipal Dirce Monteiro Lopes - Cidade	1.000 mts	1.500 l/t
14	Creche - Benedito Aparecido Cunha - Cidade	600 mts	1.500 l/t
15	Creche - Santa Terezinha - Cidade	600 mts	1.500 l/t
16	Escola Municipal Edlamar Poscai - Cidade	1.500 mts	40.000 l/t
17	Sala de Merendas - Cidade	120 mts	500 l/t
18	CAEE - Lucas de Oliveira Cesar - Cidade	120 mts	500 l/t
19	UBS - Apio Cardoso - Cidade	1.500 mts	1.500 l/t
20	ESF - Ismael Lemes - Cidade	300 mts	1.000 l
21	ESF - Poliana Cesar Serafim - Cidade	300 mts	500 l/t
22	ESF - Maria de Lurdes Silva - Cidade	300 mts	500 l/t
23	Setro de Epidemiologia - Cidade	120 mts	500 l/t
24	Cemitério - Cidade	250 mts	500 l/t
25	Prefeitura Municipal de Itapeva - Cidade	500 mts	500 l/t
26	Almoxarifado - Bairro Por do Sol	800 mts	500 l/t
27	Ponto de Apoio ESF - Bairro Por do Sol	120 mts	500 l/t
28	CRAS - Elisa Angela Biagione - Cidade	300 mts	500 l/t
29	Conselho Tutelar - Cidade	120 mts	500 l/t
30	Delegacia de Polícia Civil - Cidade	120 mts	500 l/t
31	Rodoviária Municipal - Cidade	500 mts	500 l/t
32	Centro Esportivo - Cidade	2.000 mts	1.500 l/t
	Total	14.210 mts	86.000 l/t

## 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A futura contratada deverá possuir:

I – Licença Sanitária vigente;

II – Alvará de Funcionamento compatível com o objeto;



- III – Responsável Técnico legalmente habilitado;
- IV – Comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto licitado;
- V – Equipamentos e estrutura operacional adequados à execução dos serviços;
- VI – Utilização exclusiva de produtos devidamente registrados junto à ANVISA e demais órgãos competentes;
- VII – Equipe treinada e capacitada para execução dos serviços;
- VIII – Emissão de certificados de execução e relatórios técnicos após cada atendimento.

## **8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão executados mediante emissão de Ordem de Serviço expedida pela Administração Municipal.

O prazo para início da execução será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço, salvo situações emergenciais devidamente justificadas pela Administração.

Os serviços deverão ser realizados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, observando rigorosamente as recomendações dos fabricantes dos produtos utilizados e as exigências dos órgãos de vigilância sanitária.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da contratada:

- Executar os serviços de acordo com as especificações deste Termo de Referência;
- Disponibilizar mão de obra qualificada;
- Fornecer equipamentos, ferramentas, materiais e insumos necessários;
- Utilizar exclusivamente produtos autorizados pelos órgãos competentes;
- Corrigir imediatamente eventuais falhas identificadas pela fiscalização;



- Emitir certificados e relatórios de execução;
- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho.

#### **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações da Administração:

- Emitir as Ordens de Serviço;
- Disponibilizar acesso aos locais de execução;
- Fiscalizar os serviços prestados;
- Receber e atestar os serviços executados;
- Efetuar os pagamentos na forma contratualmente estabelecida.

#### **11. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão recebidos provisoriamente mediante verificação preliminar da execução.

O recebimento definitivo ocorrerá após conferência da conformidade dos serviços executados e apresentação dos certificados e relatórios exigidos.

Constatada qualquer irregularidade, a contratada será notificada para promover as correções necessárias no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

#### **12. CRITÉRIOS AMBIENTAIS**

A contratada deverá observar integralmente a legislação ambiental e sanitária vigente.

Os resíduos gerados durante a execução dos serviços, incluindo embalagens de produtos químicos, materiais contaminados e demais rejeitos, deverão receber



destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais normas aplicáveis.

Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá comprovar a destinação final dos resíduos gerados.

### **13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão da Ata de Registro de Preços e a fiscalização dos serviços serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração Municipal, observadas as atribuições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

### **14. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado para a futura contratação é de R\$ 85.093,00 (oitenta e cinco mil e noventa e três reais), conforme pesquisa de preços realizada junto a empresas do ramo e constante dos autos do processo administrativo.

### **15. PAGAMENTO**

O pagamento será realizado após a efetiva execução dos serviços e apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal da contratação, observando-se os prazos estabelecidos pela Administração Municipal.

### **16. VIGÊNCIA**

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.



Itapeva/MG, 24 de junho de 2026.

**MAURA DOS SANTOS**  
Secretária Municipal de Administração

**ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)****PROCESSO LICITATÓRIO 119/2026****EDITAL 69/2026****PREGAO ELETRÔNICO 55/2026**

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/20\*\*\*, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.

LOCAL: \*\*\* ÓRGÃO LICITANTE

## IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

<b>NOME DE FANTASIA:</b>						
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>						
<b>CNPJ:</b>						
<b>INSC. EST.:</b>						
<b>OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )</b>						
<b>ENDEREÇO:</b>						
<b>BAIRRO:</b>			<b>CIDADE:</b>			
<b>CEP:</b>			<b>E-MAIL:</b>			
<b>TELEFONE:</b>			<b>FAX:</b>			
<b>CONTATO DA LICITANTE:</b>			<b>TELEFONE:</b>			
<b>BANCO DA LICITANTE:</b>			<b>CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:</b>			
<b>Nº DA AGÊNCIA:</b>						
ITE NS	DESCRIÇÃO	MARC A	QUAN T.	UNIDA DE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
<b>TOTAL POR EXTENSO:</b>						

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

**1** ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS,



PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.

2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS.

3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.

4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.

5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA \*\*\* endereço, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

\_\_\_\_\_  
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

**OBS.** SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO  
EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA  
HABILITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO 119/2026  
EDITAL 69/2026  
PREGAO ELETRÔNICO 55/2026**

À

**\*\*\* ÓRGÃO LICITANTE**

AO Pregoeiro E EQUIPE DE APOIO.

\_\_\_\_\_, PORTADOR DO RG \_\_\_\_\_, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

\_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 20\*\*\*.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO  
7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

**PROCESSO LICITATÓRIO 119/2026**

**EDITAL 69/2026**

**PREGAO ELETRÔNICO 55/2026**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

....., INSCRITO NO CNPJ Nº ....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) ....., PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº ..... E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ( )<sup>1</sup>.

.....  
(DATA)

.....  
(REPRESENTANTE LEGAL)

<sup>1</sup> Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.  
(MODELO)**

**PROCESSO LICITATÓRIO 119/2026**

**EDITAL 69/2026**

**PREGAO ELETRÔNICO 55/2026**

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **Pregão ELETRÔNICA Nº \*\*\***, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

**A)** A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICA Nº \*\*\***, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICA Nº \*\*\***, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

**B)** A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICA Nº \*\*\*** NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICA Nº \*\*\***, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

**C)** QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICA Nº \*\*\*** QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;



**D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICA Nº \*\*\* NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICA Nº \*\*\* ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;**

**E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICA Nº \*\*\* NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO \*\*\* ÓRGÃO LICITANTE, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E**

**F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.**

..... DE ..... DE 20\*\*.

REPRESENTANTE LEGAL



**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**PROCESSO LICITATÓRIO 119/2026**

**EDITAL 69/2026**

**PREGAO ELETRÔNICO 55/2026**

[**NOME DA EMPRESA**], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

(  ) **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

(  ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.



**OBSERVAÇÕES:**

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: \_\_\_\_\_



## ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**PROCESSO LICITATÓRIO 119/2026**

**EDITAL 69/2026**

**PREGAO ELETRÔNICO 55/2026**

À

**\*\*\* ÓRGÃO LICITANTE**

AO Pregoeiro / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA ....., INSCRITA NO CNPJ Nº ....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº ....., DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

\_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 20\*\*\*.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.  
(MODELO)**

**PROCESSO LICITATÓRIO 119/2026**

**EDITAL 69/2026**

**PREGAO ELETRÔNICO 55/2026**

A .....(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ  
Nº....., LOCALIZADA À ....., DECLARA, EM  
CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS  
PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO \*\*\* ÓRGÃO  
LICITANTE – PREGÃO ELETRÔNICA Nº \*\*\*

....., ..... DE ..... DE 20\*\*\*.

---

REPRESENTANTE LEGAL



## ANEXO IX – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/20\_\_

**PROCESSO LICITATÓRIO 119/2026**  
**EDITAL 69/2026**  
**PREGAO ELETRÔNICO 55/2026**

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 Decretos Municipais 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12/2024, 65/2025 e **5/2026**, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, com fornecimento de materiais, de forma parcelada, de dedetização, desratização e limpeza de caixa d'agua em diversos prédios públicos do município E SERVIÇOS AFINS**, a serem realizados no âmbito da administração pública municipal



especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de Licitação nº 18/2025 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

X,

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

## 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA DE OBRAS

## 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**Comentado [A1]: Nota Explicativa.** No artigo 82, § 3º, da Lei 14.133, permite-se o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, **sem indicação do total a ser adquirido**, apenas nas seguintes situações:

I - quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores;  
II - no caso de alimento perecível;  
III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

Nessas situações, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

O artigo 4º do Decreto 11.462, de 31/3/2023, possui a mesma redação da lei.

**Comentado [A2]: Nota Explicativa:** O órgão gerenciador, previamente à abertura do certame, deverá registrar sua Intenção de Registro de Preços – IRP, com prazo mínimo de oito dias úteis, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data da intenção de registro de preços no SRP digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, antes de publicar o Edital. Não havendo órgãos participantes, suprimir o item. (art. 9º do Decreto nº 11.462/2023)

**Comentado [A3]: Nota Explicativa:** Não será permitida participação de outro órgão ou entidade quando não houver indicação dos quantitativos totais a ser contratados, na forma do art. 4º e parágrafo único do Decreto nº 11.462/2023.



4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.



## 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**Comentado [A4]: Nota Explicativa:** O artigo 84 da Lei 14.133 fixa o prazo de 1 (um) ano para a ata de registro de preços, admitindo a prorrogação por igual período.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**Comentado [A5]: Nota Explicativa:** Restringindo-se o reequilíbrio a alguns itens fornecidos em circunstâncias específicas, a ata poderá prever preços distintos na forma do artigo 82, III, da Lei nº 14.133, de 2021.



## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**Comentado [A6]: Nota Explicativa:** O §3º do art. 28 do Decreto nº 11.462/2023, prevê: "§ 3º Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação."



7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante,

**Comentado [A7]: Nota Explicativa:** A possibilidade de remanejamento está prevista no art. 30 do Decreto nº 11.462/2023

**Comentado [A8]: Nota Explicativa:** Art. 32. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 31:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido **injustificadamente** após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais

**Comentado [A9]: Nota Explicativa:** A sanção só cabe se o remanescente já assinou a ata e depois não atende convocação para firmar contrato ou instrumento equivalente: "Art. 45. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis. [...] § 4º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação. § 5º A regra do § 4º não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 3º."



condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver), sendo que as partes elegem o foro da Comarca de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, para dirimir dúvidas oriundas da execução deste instrumento, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

**Comentado [A10]: Nota Explicativa:** Caso haja previsão de preços diferentes conforme artigo 82, III, da Lei nº 14.133, de 2021, e artigo 15, III, da Lei nº 11.462, de 2023, deverá ser incluída tabela com os fornecedores e seus respectivos preços. Nesta hipótese, é provável que outras disposições deste modelo e dos demais modelos (edital, TR e contratos) também sofram alterações, cabendo ao órgão fazer as adequações devidas.



## ANEXO X – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA EM DIVERSOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.

##### 1. APRESENTAÇÃO

Este estudo apresenta uma análise preliminar para a prestação de serviço de dedetização, desratização e limpeza de caixa d'agua nos diversos prédios públicos da cidade de Itapeva. O objetivo é fornecer uma visão geral das condições atuais desta demanda e análise das propostas e soluções encontradas.

##### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade de realizar os serviços de dedetização, desratização e limpeza de caixa d'agua são essenciais para manter a higiene, segurança, controle e eliminação de pragas dos prédios públicos, eliminando a transmissão de doenças, contaminação de alimentos, e proteger a saúde dos ocupantes dos imóveis.

##### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



- Para execução dos serviços a Contratada deverá atender aos padrões de qualidades mínimos exigidos pelas Normas Técnicas vigentes da ABNT e Memorial Descritivo específico elaborado pela Prefeitura Municipal. Deverá atender todos os requisitos inerentes a qualidade dos serviços como durabilidade, segurança, prazo, desempenho, confiabilidade, estética e limpeza de cada serviço previsto nesta licitação.
- Deverá empregar apenas pessoal qualificado para a execução dos serviços operacionais previstos na Licitação.
- Comprovação da **capacidade técnico-operacional**, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou a prestação do serviço com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto ora licitado.
- As certidões e/ou atestados apresentados deverão conter as seguintes informações básicas:
  - ✓ Nome do contratado e do contratante;
  - ✓ Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
  - ✓ Localização do serviço;
  - ✓ Serviços executados (discriminação e quantidades).
- Justificam-se as exigências de qualificação uma vez que serão imprescindíveis à perfeita execução do objeto contratado, não havendo nenhuma exigência restritiva ou não previsto em lei ou na jurisprudência dos tribunais de contas.

#### 4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS

Ainda não possuímos o plano de contratação anual, as despesas decorrentes do objeto deste processo deverão ser verificadas a parte, conforme o local de execução dos serviços.



## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO À CONTRATAR

Para o levantamento de custo do processo licitatório foram realizados três orçamentos com empresas especializadas sendo fornecedores constantes do nosso cadastro e que nos devolveram pedidos de cotação, ainda cabendo destacar a impossibilidade de orçamentos em bancos de preços e PNCP dada s peculiaridades da contratação em voga

LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA			DEDETINSETO	DEDETIZADORA	SIME		
Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário	Preço Unitário	Média	SUBTOTALS
1	Caixa d'água 250 l	5	R\$ 250,00	R\$ 80,00	R\$ 85,00	R\$ 138,00	R\$ 690,00
2	Caixa d'água 500 l	50	R\$ 300,00	R\$ 80,00	R\$ 85,00	R\$ 155,00	R\$ 7.750,00
3	Caixa d'água 1000 l	10	R\$ 380,00	R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00
4	Caixa d'água 1500 l	20	R\$ 450,00	R\$ 150,00	R\$ 170,00	R\$ 256,00	R\$ 5.120,00
5	Caixa d'água 2000 l	5	R\$ 550,00	R\$ 200,00	R\$ 220,00	R\$ 323,00	R\$ 1.615,00
6	Torre Metálica 10000 l	5	R\$ 1.250,00	R\$ 400,00	R\$ 420,00	R\$ 690,00	R\$ 3.450,00
7	Torre Metálica 15000 l	5	R\$ 1.480,00	R\$ 450,00	R\$ 470,00	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00
8	Torre Metálica 20000 l	5	R\$ 1.650,00	R\$ 700,00	R\$ 720,00	R\$ 1.023,00	R\$ 5.115,00
9	Torre Metálica 40000 l	2	R\$ 2.250,00	R\$ 900,00	R\$ 930,00	R\$ 1.360,00	R\$ 2.720,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 32.460,00</b>
DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO			DEDETINSETO	DEDETIZADORA	SIME		
Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário	Preço Unitário	Média	
1	Prédio Público A < 300 m <sup>2</sup>	40	R\$ 450,00	R\$ 200,00	R\$ 250,00	R\$ 300,00	R\$ 12.000,00



2	Prédio Público 300 < A < 600 m <sup>2</sup>	20	R\$ 580,00	R\$ 250,00	R\$ 350,00	R\$ 393,00	R\$ 7.860,00
3	Prédio Público 600 < A < 1000 m <sup>2</sup>	5	R\$ 850,00	R\$ 400,00	R\$ 430,00	R\$ 560,00	R\$ 2.800,00
4	Prédio Público 1000 < A < 1500 m <sup>2</sup>	10	R\$ 1.280,00	R\$ 450,00	R\$ 465,00	R\$ 731,00	R\$ 7.310,00
5	Prédio Público 1500 < A < 2000 m <sup>2</sup>	5	R\$ 1.380,00	R\$ 480,00	R\$ 495,00	R\$ 785,00	R\$ 3.925,00
6	Prédio Público 2000 < A < 2500 m <sup>2</sup>	5	R\$ 1.480,00	R\$ 500,00	R\$ 520,00	R\$ 833,00	R\$ 4.165,00
7	Ruas Municipais – FUMAÇÊ - km	60	R\$ 280,00	R\$ 133,00	R\$ 138,00	R\$ 183,00	R\$ 10.980,00
8	Cemitério Municipal 2000 m <sup>2</sup>	1	R\$ 2.480,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.300,00	R\$ 3.593,00	R\$ 3.593,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 52.633,00</b>

R\$  
85.093,00

**LEVANTAMENTO DE DETETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E  
LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA**

Item	Descrição	Quantidade	Caixa d'água
1	Reservatório - Bairro dos Ferreiras		10.000 l/t
2	Centro Comunitário - Bairro dos Ferreiras	200 mts	500 l/t
3	Centro Comunitário - Bairro das Posses	200 mts	500 l/t
4	Centro Comunitário - Bairro Sertão Grande	200 mts	500 l/t
5	ESF - Luiz Alves da Silva - Bairro Sertão Grande	300 mts	10.000 l/t
6	Escola Municipal Edu Valentim Vilaça - Bairro Areias	600 mts	1.500 l/t
7	Reservatório - Bairro Areias		20.000 l/t



8	Ponto de Apoio ESF - Bairro Campo Redondo	200 mts	500 l/t
9	Escola Municipal Januario Barbosa - Bairro Tropical Flores	600 mts	5.000 l/t
10	Creche - Marcia Cunha - Bairro Tropical Flores	500 mts	1.500 l/t
11	Ponto de Apoio ESF - Bairro Tropical Flores	120 mts	500 l/t
12	Ponto de Apoio ESF - Bairro Pinhalzinho	120 mts	500 l/t
13	Escola Municipal Dirce Monteiro Lopes - Cidade	1.000 mts	1.500 l/t
14	Creche - Benedito Aparecido Cunha - Cidade	600 mts	1.500 l/t
15	Creche - Santa Terezinha - Cidade	600 mts	1.500 l/t
16	Escola Municipal Edlamar Poscai - Cidade	1.500 mts	40.000 l/t
17	Sala de Merendas - Cidade	120 mts	500 l/t
18	CAEE - Lucas de Oliveira Cesar - Cidade	120 mts	500 l/t
19	UBS - Apio Cardoso - Cidade	1.500 mts	1.500 l/t
20	ESF - Ismael Lemes - Cidade	300 mts	1.000 l
21	ESF - Poliana Cesar Serafim - Cidade	300 mts	500 l/t
22	ESF - Maria de Lurdes Silva - Cidade	300 mts	500 l/t
23	Setor de Epidemiologia - Cidade	120 mts	500 l/t
24	Cemitério - Cidade	250 mts	500 l/t
25	Prefeitura Municipal de Itapeva - Cidade	500 mts	500 l/t
26	Almoxarifado - Bairro Por do Sol	800 mts	500 l/t
27	Ponto de Apoio ESF - Bairro Por do Sol	120 mts	500 l/t
28	CRAS - Elisa Angela Biagione - Cidade	300 mts	500 l/t
29	Conselho Tutelar - Cidade	120 mts	500 l/t
30	Delegacia de Polícia Civil - Cidade	120 mts	500 l/t
31	Rodoviária Municipal - Cidade	500 mts	500 l/t
32	Centro Esportivo - Cidade	2.000 mts	1.500 l/t
	Total	14.210 mts	86.000 l/t

VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA CONTRATARÇÃO:

**R\$ 85.093,00 (oitenta e cinco mil e noventa e três reais),**

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O processo de controle de pragas é parte de um "Programa", que propõe o emprego simultâneo de diferentes técnicas, sejam químicas e/ou não químicas. Onde outros fatores



devem estar inseridos, como organização, Arrumação, Limpeza, (Padronização e Disciplina) e, os entendimentos da parceria, são interativos na busca das soluções.

Dentro desta perspectiva, a metodologia operacional para o serviço de Controle de moscas, inicialmente, buscará reunir informações históricas de infestações e as medidas adotadas até o presente momento, de modo a permitir estabelecer os procedimentos a serem implementados, bem como o levantamento dos pontos críticos de controle, para orientação a empresa.

A empresa deve se comprometer a apresentar seus funcionários, dentro das dependências da contratante, devidamente uniformizados usando seus equipamentos de proteção individuais (EPI's).

Para execução dos serviços a contratada deverá:

- Melhorar a eficiência do controle de pragas na área total das unidades.
- Introduzir mecanismos de avaliação do programa de controle de pragas que não se baseiam apenas na observação visual e casual.
- Reduzir o volume de pesticidas aplicados, diminuindo os possíveis riscos de contaminação com produtos pesticidas.

### **Serviços de desinsetização**

A partir da etapa de diagnóstico, onde deverá ser mapeado os setores e suas respectivas dificuldades e restrição, a empresa deverá estabelecer a metodologia a ser empregada.

A princípio deverá ser feita a aplicação de inseticidas em todas as áreas, passíveis, internas e externas dos diversos setores, em seus perfis baixos, utilizando equipamentos de aplicação a baixo volume, objetivando evitar possível deriva de inseticida e eventual contaminação, através de atomizações e formulação gel.

Nos bueiros de esgotos, caixas de passagem de fiação elétrica, águas servidas e pluviais, serão dada atenção suplementar, em razão de serem esses locais os principais focos de infestação de insetos rasteiros. Em ambas as situações acima descritas, a desinsetização deverá ser complementada com a Termonebulização (aplicação de inseticida em forma de fumaça), quando possível sua utilização, que apresenta importante característica de alcançar



as partes não atingidas pelo processo tradicional, sem haver efeito residual, nem riscos de contaminação.

### Serviços de desratização

O serviço de Desratização não tem a pretensão de eliminar totalmente a população de roedores presentes, tendo em vista as características deles, bem como a localização dos prédios, mas controlar aquela população em níveis bem baixos, sem que apresente danos econômicos e outros. A exemplo da Desinsetização, também deverá ser realizado um diagnóstico, que permitirá identificar e estabelecer os procedimentos de controle. O trabalho de Desratização compreende um processo formado por etapas e, cada uma delas formada por três fases. Deverão ser utilizadas iscas raticidas parafinados ou peletizadas, com porta iscas. Ao final de cada FASE, deverá ser reiniciados os trabalhos para a ETAPA seguinte. Entretanto, deverá ser respeitado o período de 10 (dez) dias, entre a última FASE e o início da ETAPA seguinte. Deverá ser retirada as iscas e portas-isca para uma avaliação geral dos procedimentos empregados para observação dos consumos das iscas.

## 7. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO

Quantitativos gerais foram levantados com base nas áreas dos prédios públicos. A quantidade esta apresentada abaixo:

abaixo:

LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA	DEDETINSETO DEDETIZADORA	SIME		
-------------------------	--------------------------	------	--	--



Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário	Preço Unitário	Média	SUBTOTALS
1	Caixa d'água 250 l	5	R\$ 250,00	R\$ 80,00	R\$ 85,00	R\$ 138,00	R\$ 690,00
2	Caixa d'água 500 l	50	R\$ 300,00	R\$ 80,00	R\$ 85,00	R\$ 155,00	R\$ 7.750,00
3	Caixa d'água 1000 l	10	R\$ 380,00	R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00
4	Caixa d'água 1500 l	20	R\$ 450,00	R\$ 150,00	R\$ 170,00	R\$ 256,00	R\$ 5.120,00
5	Caixa d'água 2000 l	5	R\$ 550,00	R\$ 200,00	R\$ 220,00	R\$ 323,00	R\$ 1.615,00
6	Torre Metálica 10000 l	5	R\$ 1.250,00	R\$ 400,00	R\$ 420,00	R\$ 690,00	R\$ 3.450,00
7	Torre Metálica 15000 l	5	R\$ 1.480,00	R\$ 450,00	R\$ 470,00	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00
8	Torre Metálica 20000 l	5	R\$ 1.650,00	R\$ 700,00	R\$ 720,00	R\$ 1.023,00	R\$ 5.115,00
9	Torre Metálica 40000 l	2	R\$ 2.250,00	R\$ 900,00	R\$ 930,00	R\$ 1.360,00	R\$ 2.720,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 32.460,00</b>
<b>DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO</b>			<b>DEDETINSETO</b>	<b>DEDETIZADORA</b>	<b>SIME</b>		
Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário	Preço Unitário	Média	
1	Prédio Público A < 300 m <sup>2</sup>	40	R\$ 450,00	R\$ 200,00	R\$ 250,00	R\$ 300,00	R\$ 12.000,00
2	Prédio Público 300 < A < 600 m <sup>2</sup>	20	R\$ 580,00	R\$ 250,00	R\$ 350,00	R\$ 393,00	R\$ 7.860,00
3	Prédio Público 600 < A < 1000 m <sup>2</sup>	5	R\$ 850,00	R\$ 400,00	R\$ 430,00	R\$ 560,00	R\$ 2.800,00
4	Prédio Público 1000 < A < 1500 m <sup>2</sup>	10	R\$ 1.280,00	R\$ 450,00	R\$ 465,00	R\$ 731,00	R\$ 7.310,00
5	Prédio Público 1500 < A < 2000 m <sup>2</sup>	5	R\$ 1.380,00	R\$ 480,00	R\$ 495,00	R\$ 785,00	R\$ 3.925,00
6	Prédio Público 2000 < A < 2500 m <sup>2</sup>	5	R\$ 1.480,00	R\$ 500,00	R\$ 520,00	R\$ 833,00	R\$ 4.165,00



7	Ruas Municipais – FUMAÇÊ - km	60	R\$ 280,00	R\$ 133,00	R\$ 138,00	R\$ 183,00	R\$ 10.980,00
8	Cemitério Municipal 2000 m <sup>2</sup>	1	R\$ 2.480,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.300,00	R\$ 3.593,00	R\$ 3.593,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 52.633,00</b>

R\$  
85.093,00

LEVANTAMENTO DE DETETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA			
Item	Descrição	Quantidade	Caixa d'água
1	Reservatório - Bairro dos Ferreiras		10.000 l/t
2	Centro Comunitário - Bairro dos Ferreiras	200 mts	500 l/t
3	Centro Comunitário - Bairro das Posses	200 mts	500 l/t
4	Centro Comunitário - Bairro Sertão Grande	200 mts	500 l/t
5	ESF - Luiz Alves da Silva - Bairro Sertão Grande	300 mts	10.000 l/t
6	Escola Municipal Edu Valentim Vilaça - Bairro Areias	600 mts	1.500 l/t
7	Reservatório - Bairro Areias		20.000 l/t
8	Ponto de Apoio ESF - Bairro Campo Redondo	200 mts	500 l/t
9	Escola Municipal Januario Barbosa - Bairro Tropical Flores	600 mts	5.000 l/t
10	Creche - Marcia Cunha - Bairro Tropical Flores	500 mts	1.500 l/t
11	Ponto de Apoio ESF - Bairro Tropical Flores	120 mts	500 l/t
12	Ponto de Apoio ESF - Bairro Pinhalzinho	120 mts	500 l/t
13	Escola Municipal Dirce Monteiro Lopes - Cidade	1.000 mts	1.500 l/t
14	Creche - Benedito Aparecido Cunha - Cidade	600 mts	1.500 l/t
15	Creche - Santa Terezinha - Cidade	600 mts	1.500 l/t
16	Escola Municipal Edlamar Poscai - Cidade	1.500 mts	40.000 l/t
17	Sala de Merendas - Cidade	120 mts	500 l/t
18	CAEE - Lucas de Oliveira Cesar - Cidade	120 mts	500 l/t
19	UBS - Apio Cardoso - Cidade	1.500 mts	1.500 l/t
20	ESF - Ismael Lemes - Cidade	300 mts	1.000 l
21	ESF - Poliana Cesar Serafim - Cidade	300 mts	500 l/t



22	ESF - Maria de Lurdes Silva - Cidade	300 mts	500 l/t
23	Setro de Epidemiologia - Cidade	120 mts	500 l/t
24	Cemitério - Cidade	250 mts	500 l/t
25	Prefeitura Municipal de Itapeva - Cidade	500 mts	500 l/t
26	Almoxarifado - Bairro Por do Sol	800 mts	500 l/t
27	Ponto de Apoio ESF - Bairro Por do Sol	120 mts	500 l/t
28	CRAS - Elisa Angela Biagione - Cidade	300 mts	500 l/t
29	Conselho Tutelar - Cidade	120 mts	500 l/t
30	Delegacia de Polícia Civil - Cidade	120 mts	500 l/t
31	Rodoviária Municipal - Cidade	500 mts	500 l/t
32	Centro Esportivo - Cidade	2.000 mts	1.500 l/t
	Total	14.210 mts	86.000 l/t

## 8. ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO

Uma estimativa de valor foi realizada com base nos orçamentos fornecidos pelas empresas do Setor.

LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA			DEDETINSETO	DEDETIZADORA	SIME		
Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário	Preço Unitário	Média	SUBTOTALS
1	Caixa d'água 250 l	5	R\$ 250,00	R\$ 80,00	R\$ 85,00	R\$ 138,00	R\$ 690,00
2	Caixa d'água 500 l	50	R\$ 300,00	R\$ 80,00	R\$ 85,00	R\$ 155,00	R\$ 7.750,00
3	Caixa d'água 1000 l	10	R\$ 380,00	R\$ 100,00	R\$ 120,00	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00
4	Caixa d'água 1500 l	20	R\$ 450,00	R\$ 150,00	R\$ 170,00	R\$ 256,00	R\$ 5.120,00
5	Caixa d'água 2000 l	5	R\$ 550,00	R\$ 200,00	R\$ 220,00	R\$ 323,00	R\$ 1.615,00
6	Torre Metálica 10000 l	5	R\$ 1.250,00	R\$ 400,00	R\$ 420,00	R\$ 690,00	R\$ 3.450,00
7	Torre Metálica 15000 l	5	R\$ 1.480,00	R\$ 450,00	R\$ 470,00	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00



8	Torre Metálica 20000 l	5	R\$ 1.650,00	R\$ 700,00	R\$ 720,00	R\$ 1.023,00	R\$ 5.115,00
9	Torre Metálica 40000 l	2	R\$ 2.250,00	R\$ 900,00	R\$ 930,00	R\$ 1.360,00	R\$ 2.720,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 32.460,00</b>
	<b>DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO</b>		<b>DEDETINSETO</b>	<b>DEDETIZADORA</b>	<b>SIME</b>		
Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário	Preço Unitário	<b>Média</b>	
1	Prédio Público A < 300 m <sup>2</sup>	40	R\$ 450,00	R\$ 200,00	R\$ 250,00	R\$ 300,00	R\$ 12.000,00
2	Prédio Público 300 < A < 600 m <sup>2</sup>	20	R\$ 580,00	R\$ 250,00	R\$ 350,00	R\$ 393,00	R\$ 7.860,00
3	Prédio Público 600 < A < 1000 m <sup>2</sup>	5	R\$ 850,00	R\$ 400,00	R\$ 430,00	R\$ 560,00	R\$ 2.800,00
4	Prédio Público 1000 < A < 1500 m <sup>2</sup>	10	R\$ 1.280,00	R\$ 450,00	R\$ 465,00	R\$ 731,00	R\$ 7.310,00
5	Prédio Público 1500 < A < 2000 m <sup>2</sup>	5	R\$ 1.380,00	R\$ 480,00	R\$ 495,00	R\$ 785,00	R\$ 3.925,00
6	Prédio Público 2000 < A < 2500 m <sup>2</sup>	5	R\$ 1.480,00	R\$ 500,00	R\$ 520,00	R\$ 833,00	R\$ 4.165,00
7	Ruas Municipais - FUMAÇÊ - km	60	R\$ 280,00	R\$ 133,00	R\$ 138,00	R\$ 183,00	R\$ 10.980,00
8	Cemitério Municipal 2000 m <sup>2</sup>	1	R\$ 2.480,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.300,00	R\$ 3.593,00	R\$ 3.593,00
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 52.633,00</b>

R\$  
85.093,00



### **JUSTIFICATIVA DA PESQUISA DE PREÇOS MEDIANTE CONSULTA A FORNECEDORES DO CADASTRO MUNICIPAL**

*Nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e das disposições constantes da regulamentação municipal aplicável à pesquisa de preços, a Administração promoveu levantamento de mercado mediante solicitação formal de orçamentos junto a empresas do ramo de controle de pragas urbanas, desratização e higienização de reservatórios de água, regularmente cadastradas ou atuantes na região.*

*Considerando a natureza específica dos serviços pretendidos, que envolvem mão de obra especializada, utilização de produtos químicos controlados, emissão de certificados de execução e observância das normas sanitárias vigentes, verifica-se que o mercado regional é composto por número limitado de empresas aptas à execução dos serviços.*

*Dessa forma, foram encaminhados pedidos de cotação a três fornecedores pertencentes ao cadastro municipal de fornecedores, todos com objeto social compatível com o serviço pretendido e aptos a apresentar proposta comercial válida, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade administrativa.*

*A utilização de três cotações atende ao entendimento consolidado dos órgãos de controle quanto à formação de referência de mercado, especialmente em contratações*



*de menor complexidade técnica e com reduzido universo de fornecedores locais, permitindo à Administração aferir a compatibilidade dos preços praticados e estabelecer valor estimado adequado para futura licitação.*

*Registra-se ainda que a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se necessária em razão da imprevisibilidade da demanda ao longo da vigência contratual, uma vez que os serviços poderão ser solicitados conforme a necessidade de manutenção preventiva e corretiva dos diversos prédios públicos municipais, evitando contratações fragmentadas e proporcionando maior eficiência na gestão dos recursos públicos.*

*Assim, considera-se suficiente e adequada a pesquisa realizada junto a três fornecedores do cadastro municipal, por refletir os preços efetivamente praticados no mercado regional para os serviços de dedetização, desratização e limpeza de caixas d'água, atendendo aos requisitos legais e aos princípios que regem as contratações públicas.*

*"A escolha dos fornecedores consultados observou critérios objetivos de atuação no ramo, capacidade operacional e disponibilidade de atendimento na região, afastando qualquer direcionamento ou favorecimento, em conformidade com os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração."*



## 9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

### JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Após análise técnica do objeto pretendido, conclui-se pela viabilidade e conveniência do parcelamento da contratação em grupos de serviços distintos, compreendendo:

**Grupo 1 – Limpeza e Higienização de Caixas d'Água e Reservatórios;**

**Grupo 2 – Serviços de Dedetização, Desratização e Controle de Pragas Urbanas.**

O parcelamento encontra amparo no art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, por representar medida capaz de ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de maior número de empresas especializadas em cada segmento de atuação.

Embora os serviços possuam finalidade comum relacionada à manutenção das condições sanitárias dos prédios públicos municipais, verifica-se que as atividades possuem características técnicas distintas, equipamentos específicos, mão de obra especializada e metodologias próprias de execução.

A limpeza de caixas d'água demanda procedimentos voltados à higienização e desinfecção de reservatórios de diferentes capacidades, incluindo estruturas elevadas e torres metálicas, enquanto os serviços de dedetização e desratização envolvem aplicação de produtos químicos específicos, manejo integrado de pragas urbanas e controle sanitário de ambientes internos e externos.

O levantamento realizado identificou quantitativos distribuídos em 32 prédios públicos municipais, totalizando aproximadamente 14.210 m<sup>2</sup> de áreas sujeitas ao controle de pragas e cerca de 86.000 litros de capacidade instalada de reservatórios de água, evidenciando a existência de demandas independentes e passíveis de contratação separada sem prejuízo da execução contratual.



Além disso, o parcelamento permite que empresas especializadas exclusivamente em limpeza de reservatórios ou exclusivamente em controle de vetores e pragas participem da disputa, aumentando a concorrência e potencializando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Sob o aspecto operacional, não há risco de perda de escala, incompatibilidade técnica ou comprometimento da fiscalização contratual, uma vez que os serviços podem ser executados de forma autônoma e independente, conforme cronograma estabelecido pelas Secretarias Municipais demandantes.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da solução é técnica e economicamente recomendável, favorecendo a competitividade, a economicidade, a especialização dos prestadores e a obtenção de melhores condições para a Administração Pública, sem comprometer a eficiência ou a qualidade dos serviços contratados.

#### **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não houve a necessidade de outras contratações interdependentes.

#### **11. DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS**

Garantir que os prédios públicos estejam livres de pragas e em boas condições de funcionamento, higiene, garantindo a segurança dos usuários, conforto e acessibilidade.

#### **12. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PREVIAMENTE AO CONTRATO**

Não há necessidade de providências a serem tomadas antes da realização dos serviços.



### 13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da execução do objeto estão relacionados principalmente ao manuseio, armazenamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados durante os serviços de dedetização, desratização, limpeza e higienização de caixas d'água, bem como à utilização de produtos químicos destinados ao controle de vetores e pragas urbanas.

Para mitigação desses impactos, a futura contratada deverá observar integralmente a legislação ambiental, sanitária e de saúde pública aplicável, utilizando exclusivamente produtos devidamente registrados nos órgãos competentes, adotando técnicas que minimizem riscos à saúde humana, aos animais e ao meio ambiente.

Os resíduos eventualmente gerados, incluindo embalagens de produtos químicos, materiais contaminados e demais rejeitos provenientes da execução dos serviços, deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010) e demais normas vigentes, cabendo à contratada comprovar, quando solicitado pela fiscalização, o correto acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final.

Considerando a natureza dos serviços e a adoção das medidas de controle exigidas, os impactos ambientais potenciais são classificados como de baixa magnitude e plenamente mitigáveis mediante o cumprimento das boas práticas operacionais, ambientais e sanitárias exigidas para a execução contratual.

### 14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



Com base nos levantamentos realizados, nas estimativas de consumo, na pesquisa de preços efetuada junto ao mercado e nas análises técnicas constantes deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação dos serviços de dedetização, desratização, controle de pragas urbanas e limpeza de caixas d'água mostra-se necessária, adequada e plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, ambiental e econômico.

A contratação é indispensável para assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e segurança nos prédios públicos municipais, contribuindo para a preservação da saúde dos servidores, usuários dos serviços públicos e da população em geral. Além disso, visa atender às normas sanitárias vigentes, prevenir a proliferação de vetores e pragas urbanas, garantir a qualidade da água armazenada para consumo humano e preservar o patrimônio público municipal.

Sob o aspecto econômico, a solução proposta apresenta compatibilidade com os preços praticados no mercado, conforme demonstrado pela pesquisa de preços realizada, revelando-se vantajosa para a Administração Pública.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais eficiente para a contratação, considerando que a demanda ocorrerá de forma parcelada ao longo da vigência da ata, em razão das necessidades variáveis dos diversos órgãos e unidades administrativas do Município. Tal modelo permite maior flexibilidade na gestão das contratações, evita a imobilização desnecessária de recursos orçamentários e possibilita a execução dos serviços conforme a efetiva necessidade da Administração.

Diante do exposto, conclui-se pela plena viabilidade da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento do procedimento licitatório para formação de Registro de Preços destinado à futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação dos serviços de dedetização, desratização e limpeza de caixas d'água em prédios públicos do Município de Itapeva/MG.



Itapeva, 22 de junho de 2026

Elaboração:

---

**MAURA DOS SANTOS**

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO



## ANEXO XI – MATRIZ DE RISCO

### MATRIZ DE RISCO

**OBJETO: SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA EM DIVERSOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.**

A execução dos serviços de dedetização, desratização, controle de vetores e pragas urbanas, bem como de limpeza e higienização de caixas d'água e reservatórios, apresenta riscos inerentes às fases de planejamento, contratação e execução contratual, exigindo a adoção de medidas preventivas e corretivas capazes de assegurar a continuidade dos serviços, a proteção da saúde pública e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Na fase de planejamento e seleção do fornecedor, destaca-se o risco de restrição indevida à competitividade, decorrente da fixação de exigências excessivas de qualificação técnica ou operacional, podendo ocasionar impugnações, atraso no certame ou até mesmo sua desertificação. Para mitigação desse risco, deverão ser observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na definição dos requisitos de habilitação, exigindo-se apenas documentos compatíveis com a complexidade do objeto e estritamente necessários à comprovação da capacidade técnica da futura contratada.

Há ainda o risco de o procedimento licitatório resultar deserto ou fracassado em razão da ausência de interessados ou da apresentação de propostas incompatíveis com os preços de mercado. A mitigação ocorrerá mediante ampla



pesquisa de preços, divulgação adequada do certame e adoção de critérios de julgamento compatíveis com a realidade do setor, cabendo à Administração revisar as condições do procedimento caso necessário.

Durante a execução contratual, existe o risco de utilização de produtos químicos sem registro nos órgãos competentes ou em desacordo com as normas sanitárias vigentes, situação que poderá comprometer a eficácia dos serviços, gerar riscos à saúde dos usuários dos prédios públicos e ocasionar responsabilizações administrativas. Como medida preventiva, deverá ser exigida a apresentação de licenças sanitárias, registros dos produtos utilizados e comprovação de responsabilidade técnica da empresa executora.

Outro risco relevante consiste na execução inadequada dos serviços, com falhas na aplicação de produtos, cobertura insuficiente das áreas tratadas, higienização incompleta dos reservatórios ou ineficácia no controle de vetores e pragas. Tal ocorrência poderá resultar na necessidade de retrabalho, aumento dos custos administrativos e comprometimento das condições sanitárias dos imóveis públicos. Para mitigação, serão realizadas fiscalizações periódicas, emissão de relatórios de execução e exigência de certificados de conclusão dos serviços executados.

Considera-se também o risco de contaminação da água destinada ao consumo humano em decorrência de procedimentos inadequados durante a limpeza dos reservatórios. Para reduzir essa possibilidade, a contratada deverá observar rigorosamente os protocolos técnicos e sanitários aplicáveis, garantindo o esgotamento, limpeza, desinfecção e posterior liberação dos reservatórios em conformidade com as normas dos órgãos de saúde.



Há ainda o risco de acidentes de trabalho envolvendo empregados da contratada durante a execução dos serviços, especialmente em atividades realizadas em altura, espaços confinados ou reservatórios elevados. A responsabilidade pela adoção das medidas de segurança, fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, treinamento dos trabalhadores e cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho será integralmente da contratada.

Sob o aspecto ambiental, existe o risco de descarte inadequado de embalagens, resíduos químicos e materiais contaminados gerados durante a prestação dos serviços. A mitigação ocorrerá mediante exigência de destinação ambientalmente adequada, observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e comprovação da destinação final sempre que solicitada pela fiscalização.

Por fim, há o risco de indisponibilidade temporária de prédios públicos para execução dos serviços em razão do funcionamento regular das atividades administrativas, educacionais ou de saúde.

Para evitar prejuízos à execução contratual, os serviços deverão ser previamente agendados e coordenados entre a fiscalização municipal e a contratada, permitindo a realização das atividades em horários e datas que minimizem impactos ao atendimento da população.

Diante das medidas de prevenção e mitigação previstas, conclui-se que os riscos identificados são conhecidos, controláveis e compatíveis com a natureza do objeto, não representando impedimento à contratação pretendida.



Itapeva, 22 DE JUNHO DE 2026

Elaboração:

---

**MAURA DOS SANTOS**

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO